

A lição do visconde de Mauá

- 1 OUT 1995

JORNAL DO BRASIL

BARBOSA LIMA SOBRINHO *

A *Exposição aos credores*, do visconde de Mauá, não é apenas uma demonstração de que ainda sobravam recursos para cobrir as dívidas de sua firma. E, de certa forma, cria um problema para os seus leitores. Qual seria a verdadeira vocação de Irineu Evangelista de Sousa? O comércio, em que ele consumira a sua mocidade, desde que se integrara nessa atividade, aos nove anos de idade, quando iniciara sua existência como simples caixeiro de uma grande firma? De industrial, quando, de regresso de sua viagem à Inglaterra, deslumbrado com as realizações que pudera conhecer com os seus próprios olhos, e acabava de comprar as oficinas de Ponta de Areia?

Estava dono do espaço suficiente para iniciativas com que sonhava, para a fundação das indústrias de que o Brasil precisava? De agricultor, de quem deve ter deixado indícios no Rio Grande do Sul, ainda na infância, e que veio, depois, continuar, já idoso, à frente dos negócios de sua firma, na Companhia Agrícola Pastoral?

Voltou, de alguma forma, aos ambientes em que vivera, na sua infância. Mas todas essas atividades, na agricultura, no comércio, na indústria, se integravam na vocação de *empresário*, que ele fora desde o começo de sua existência, para conquistar um título raro no Brasil e de que ele fora um intérprete expressivo, talvez o maior dessa categoria, num país que se valera da escravidão, colocando em plano desprezível o trabalho e a iniciativa pessoal.

O próprio Mauá não podia deixar de surpreender-se, quando teve de enumerar as suas empresas, na *Exposição aos credores*. E falou de 16 empreendimentos, que podiam desdobrar-se em numerosos outros itens, como a empresa Ponta de Areia, que abrangia numerosas oficinas, como, por exemplo, as que se dedicavam à construção naval. A própria *Exposição* nos fala de 70 vapores, acabados em 11 anos, de 1845 a 1856, ou até o "pavoroso incêndio" que destruiu tantas oficinas, montadas com imenso custo, como conta, em livro que acaba de ser publicado, Jorge Caldeira, acrescentando que Mauá, "em geral um homem frio, deixou-se levar pelo calor da hora". E nos diz ainda que "a tradição de sua família narra como criminoso o incêndio, provocado a mando dos ingleses, que não viam com bons olhos seu crescimento". O que nos permite indagar como o Brasil, se não contasse com esses vapores, construídos nas oficinas de Ponta de Areia, poderia ter enviado tropas ao

Paraguai, numa guerra que consumiu quase cinco anos de sacrifícios do governo brasileiro.

O que mais me impressiona, na *Exposição de motivos*, é o trecho relacionado com a formação de capital, quando Mauá escreve: "Não temos capital, dizem alguns", e eu não sei quantas vezes tenho ouvido, na boca de leigos, e até mesmo de letrados, essa expressão desalentada. Pois ouçamos a observação do próprio Mauá, quando responde, com uma longa experiência do assunto. E diz:

"E eu acredito que os temos, senão o país já teria sido fundido." Usava, na sua exposição, palavra com que estava familiarizado — *fundido* com o significado de *derreter metais*, como os dicionaristas nos esclarecem. E Mauá continuava, replicando aos que diziam que não temos capitais: "O país tem inteiro crédito no interior, e posição vantajosa desse elemento no exterior. Sei perfeitamente que crédito não é capital — porém, quem poderá sustentar que não cria capital? Temos, pois, excelente base para auxiliar a lavoura, não com papel-moeda, porém fazendo aparecer o uso da letra hipotecária dentro do país; e ninguém dirá que esse instrumento é somente papel-moeda, pois representará capital na razão de metade de seu valor, segundo dispõe a lei de 24 de setembro de 1864. E o credor (parte mais forte) tem sempre os meios de sustentar as avaliações, dentro dos limites do valor real dos objetos. Há dificuldades na organização dessas instituições de crédito? É possível. As dificuldades, porém, fizeram-se para serem vencidas. Pois no governo onipotente, como o governo do Brasil, como recuar diante de filigranas, para alcançar um grande fim de utilidade pública? Seria escarnecer do bom senso do país acreditar nesta cartada; basta querer e, neste caso, o querer é poder sem a mínima dúvida; e nem é preciso rasgar a lei, ou saltar por cima de suas disposições, como tantas vezes se tem feito neste abençoado torrão que nos viu nascer. E para começar, desde já, as operações em escala bastante grande, aí está o governo ao seu lado e o Banco do Brasil, essa poderosa instituição de crédito, à qual desde 1º de setembro de 1864, até o último dia deste século, a nação assegurou, só pelo uso do crédito nacional, de quantia não inferior a 200 mil contos, sobre a base de um juro módico de 6% ao ano, acumulado de seis em seis meses, como é de boa prática mercantil. E não se tratará de arrebatar nem a mínima partícula desses benefícios ao banco, bem pelo contrário, de aumentá-los! É a operação mais simples deste mundo."

Não estará nesse trecho a aceitação da doutrina de que *o capital se pode fazer em casa*, não apenas

pela contribuição da poupança, como pela contribuição do crédito, que tem o poder de multiplicar, através dos empréstimos, o capital de cada nação, quando devidamente utilizado, com o escrúpulo e a fiscalização que fecha o caminho dos aventureiros? Aí está o exemplo do Japão, de que nos vale a lição do notável economista Ragnar Nurkse, no seu livro *Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos*, de que possuímos excelente tradução de Cid Silveira, na Editora Civilização Brasileira. Para Nurkse, "em todos os casos a formação de capital depende de políticas complementares internas. Os recursos externos não bastam mesmo que venham sob as formas mais desejáveis. Não podem fornecer automaticamente solução ao problema de capital, nas áreas atrasadas. A ação interna é essencial, tanto para o uso efetivo das contribuições externas, como também para descobrir as próprias fontes potenciais. Não há solução para os problemas, sem um esforço constante e árduo, na frente interna. Em certo sentido; pois, tudo se resume a isto: o capital é realizado em casa".

A expressão, na versão inglesa, é mais precisa: *the capital is made at home*. Ragnar Nurkse foi um dos economistas consagrados escolhidos para dar um curso na Fundação Getúlio Vargas, quando estava, nesses assuntos, sob a autoridade de Eugênio Gudin.

O Japão é um exemplo dessa orientação, em confronto com o México, a Argentina e o próprio Brasil, que preferem adotar o modelo dos auxílios externos, sujeitos, naturalmente, a uma passagem de ida e volta, e voltando sempre com juros extorsivos e destinados a objetivos que possam atrair, também, os interesses das nações doadoras. O que vale dizer, aumentando sempre, os lucros dos países que emprestavam dinheiro, para a compra de mercadorias que eles próprios produziam. Como os empréstimos para estradas de ferro, com a obrigação de importar, da Inglaterra, os trilhos que a Inglaterra exportava.

Mauá conhecia os segredos dessas operações financeiras, como também o Japão, que chegou ao Primeiro Mundo, enquanto o México, a Argentina e o Brasil ficam mofando na fila dos candidatos. Como uma dessas miragens dos desertos, catalogadas entre as ilusões de ótica. Na verdade, o crédito se confunde com o investimento, quando devidamente controlado e, sobretudo, resgatado pelos devedores. Essa a lição que ficamos a dever à intuição de Irineu Evangelista de Sousa, barão e, depois, visconde de Mauá.